

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	16
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
8. CRÉDITOS DE PASEP/COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO.....	17
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	19
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	20
11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	21
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	21
13. ATIVOS DE CONTRATO.....	24
14. INTANGÍVEL.....	25
15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	25
16. FORNECEDORES.....	27
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	27
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	28
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	30
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	31
21. PROVISÕES.....	32
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	37
23. RECEITA.....	39
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	42
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	45
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	46
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	48
28. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL.....	57
29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	57
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	57
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	58
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	73

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	339.854	451.304
Títulos e valores mobiliários	5	145.564	408.769
Consumidores e revendedores	6	2.851.426	2.859.862
Concessionários – transporte de energia	6	249.689	195.122
Tributos compensáveis	7	35.067	53.841
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	-	165.061
Estoques		25.410	26.826
Contribuição de iluminação pública		160.026	149.098
Reembolso subsídios tarifários	11	93.673	82.470
Subvenção baixa renda		27.696	30.232
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	805.169	646.874
Outros		217.348	210.189
Total do circulante		4.950.922	5.279.648
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	-	56.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	1.115.770	1.334.421
Tributos compensáveis	7	5.024.960	181.663
Depósitos vinculados a litígios	10	1.732.740	1.707.668
Consumidores e revendedores	6	711	711
Concessionários - transporte de energia	6	73.110	75.161
Outros créditos		39.785	43.814
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	747.600	829.562
Ativos de contrato	13	603.970	518.162
Intangíveis	14	8.872.993	8.890.070
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	15	237.280	-
Total do não circulante		18.448.919	13.637.431
Ativo total		23.399.841	18.917.079

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	614.455	506.434
Debêntures	18	1.319.770	994.181
Fornecedores	16	1.302.164	1.199.055
Impostos, taxas e contribuições	17	251.102	297.725
Imposto de Renda e Contribuição Social		282.720	-
Salários e encargos sociais		174.275	193.052
Encargos regulatórios	19	345.736	369.284
Participação dos empregados e administradores no resultado		94.423	51.281
Obrigações pós-emprego	20	193.948	181.862
Contribuição de iluminação pública		230.116	281.362
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		182.435	267.435
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	15	69.353	-
Outros		147.473	229.299
Total do circulante		5.207.970	4.570.970
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	1.001.885	1.087.314
Debêntures	18	2.828.529	3.675.479
Provisões	21	467.445	439.889
Obrigações pós-emprego	20	3.249.627	3.220.182
Impostos, taxas e contribuições	17	25.653	24.923
Encargos regulatórios	19	111.097	119.176
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	8	4.110.513	1.123.680
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	15	172.743	-
Outros		14.854	13.108
Total do não circulante		11.982.346	9.703.751
Total do passivo		17.190.316	14.274.721
Patrimônio líquido			
Capital social	22	2.771.998	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.600.000	2.600.000
Reservas de lucros		545.856	545.856
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.275.496)	(1.275.496)
Lucros acumulados		1.567.167	-
Total do patrimônio líquido		6.209.525	4.642.358
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.399.841	18.917.079

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Receita	23	7.785.779	6.528.045
Custos operacionais	24		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.455.727)	(3.412.396)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(713.263)	(780.585)
		(4.168.990)	(4.192.981)
Custos			
Pessoal e administradores		(365.975)	(359.163)
Materiais		(24.144)	(17.504)
Serviços de terceiros		(445.199)	(358.812)
Amortização		(266.304)	(259.185)
Provisões (reversões) operacionais, líquidas		(85.392)	13.218
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(363.167)	(361.492)
Outros		(29.266)	(27.875)
		(1.579.447)	(1.370.813)
Custo total		(5.748.437)	(5.563.794)
Lucro bruto		2.037.342	964.251
Despesa operacional	24		
Despesas com vendas		(107.851)	(167.192)
Despesas gerais e administrativas		(192.166)	(226.491)
Outras despesas operacionais		(319.333)	(171.613)
		(619.350)	(565.296)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		1.417.992	398.955
Receitas financeiras	25	1.250.669	182.241
Despesas financeiras	25	(329.796)	(312.299)
Resultado antes dos impostos		2.338.865	268.897
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(553.047)	(76.352)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(218.651)	(14.889)
Lucro líquido do período		1.567.167	177.656
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,6643	0,0753

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Receita	23	4.235.357	3.544.504
Custos operacionais	24		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.627.426)	(1.927.103)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(374.321)	(409.740)
		<u>(2.001.747)</u>	<u>(2.336.843)</u>
Custos			
Pessoal e administradores		(184.783)	(192.667)
Materiais		(16.276)	(11.766)
Serviços de terceiros		(248.685)	(204.933)
Amortização		(133.486)	(130.419)
Provisões operacionais, líquidas		(88.898)	22.039
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(202.966)	(191.418)
Outros		(28.424)	(17.514)
		<u>(903.518)</u>	<u>(726.678)</u>
Custo total		(2.905.265)	(3.063.521)
Lucro bruto		1.330.092	480.983
Despesa operacional	24		
Despesas com vendas		(45.209)	(91.355)
Despesas gerais e administrativas		(38.658)	(73.571)
Outras despesas operacionais		(172.160)	(91.319)
		<u>(256.027)</u>	<u>(256.245)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		1.074.065	224.738
Receitas financeiras	25	1.135.037	103.336
Despesas financeiras	25	(159.590)	(162.795)
Resultado antes dos impostos		2.049.512	165.279
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(475.630)	(35.660)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(195.069)	(17.685)
Lucro líquido do período		1.378.813	111.934
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		0,5845	0,0474

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Lucro líquido do período	1.567.167	177.656
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.567.167	177.656

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Lucro líquido do período	1.378.813	111.934
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.378.813	111.934

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.771.998	1.500.000	392.497	(927.185)	-	3.737.310
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos	-	-	-	-	(99.076)	(99.076)
Resultado abrangente						
Lucro líquido do período	-	-	-	-	177.656	177.656
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	177.656	177.656
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 22)	-	560.000	-	-	-	560.000
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	2.771.998	2.060.000	392.497	(927.185)	78.580	4.375.890
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.771.998	2.600.000	545.856	(1.275.496)	-	4.642.358
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.567.167	1.567.167
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	1.567.167	1.567.167
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	2.771.998	2.600.000	545.856	(1.275.496)	1.567.167	6.209.525

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		1.567.167	177.656
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	20	158.650	136.692
Amortização	14b e 15	325.019	292.240
Provisões operacionais	24d	194.748	148.588
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos de contrato		(26.016)	-
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 14b	5.114	5.208
Juros e variações monetárias		222.030	242.069
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	12a	(8.967)	(3.066)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	18	8.083	5.742
Reconhecimento de créditos extemporâneos PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	8	(1.821.143)	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	23	(80.241)	(1.150.672)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	218.651	14.889
		763.095	(130.654)
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores e revendedores		(99.415)	(17.418)
Concessionários – transporte de energia		(52.516)	(60.489)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	12b	83.115	280.453
Tributos compensáveis		(3.003.380)	(49.456)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(8.737)	(5.941)
Depósitos vinculados a litígios		(17.423)	(33.544)
Reembolso subsídios tarifários		(11.203)	(9.125)
Subvenção baixa renda		2.536	1.520
Outros		68.971	(32.626)
		(3.038.052)	73.374
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		99.977	36.512
Impostos, taxas e contribuições		(45.893)	(157.351)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		553.047	-
Salários e encargos sociais		(18.777)	12.920
Encargos regulatórios		(42.169)	(35.975)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores		2.971.879	-
Obrigações pós-emprego	20	(117.119)	(106.310)
Outros		(146.020)	(68.999)
		3.254.925	(319.203)
Caixa gerado(consumido) pelas atividades operacionais		979.968	(376.483)
Juros pagos de empréstimos	18	(265.162)	(275.313)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(96.089)	(56.090)
Juros pagos de arrendamento		(14.304)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		604.413	(707.886)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		246.989	299.419
Em intangível e ativos de contrato	13 e 14	(341.211)	(346.385)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(94.222)	(46.966)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos		-	395.860
Pagamentos de arrendamentos		(22.059)	-
Pagamentos de empréstimos	18	(514.582)	(427.943)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(85.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	-	560.000
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(621.641)	527.917
VARIÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	451.304	520.887
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	339.854	293.952

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2018	
Receitas				
Venda de energia e serviços	11.534.879		10.557.185	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	363.167		361.492	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8.967		3.066	
Créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 8)	830.333		-	
Outras receitas	8.004		3.939	
Ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(107.851)</u>		<u>(161.806)</u>	
	12.637.499		10.763.876	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(3.784.272)		(3.745.306)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(785.965)		(860.149)	
Serviços de terceiros	(611.292)		(572.464)	
Materiais	(209.789)		(175.479)	
Outros custos operacionais	(173.715)		(68.208)	
	<u>(5.565.033)</u>		<u>(5.421.606)</u>	
Valor adicionado bruto	7.072.466		5.342.270	
Retenções				
Amortização	(325.019)		(292.240)	
Valor adicionado líquido	6.747.447		5.050.030	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.250.669		182.241	
Valor adicionado a distribuir	7.998.116		5.232.271	
Distribuição do valor adicionado		%		%
Empregados	684.396	8,56	548.653	10,48
Remuneração direta	448.549	5,61	345.964	6,61
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	192.595	2,41	161.676	3,08
FGTS	28.524	0,36	23.899	0,46
Programa de desligamento voluntário programado	14.728	0,18	17.114	0,33
Impostos, taxas e contribuições	5.388.924	67,38	4.141.624	79,16
Federais	2.778.178	34,73	2.015.973	38,53
Estaduais	2.606.343	32,59	2.121.187	40,54
Municipais	4.403	0,06	4.464	0,09
Remuneração de capitais de terceiros	357.629	4,47	364.338	6,96
Juros	351.751	4,40	327.406	6,25
Aluguéis	5.878	0,07	36.932	0,71
Remuneração de capital próprio	1.567.167	19,59	177.656	3,40
Lucro retido	1.567.167	19,59	177.656	3,40
	7.998.116	100,00	5.232.271	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.466.214 consumidores em 30 de junho de 2019 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão dessas informações contábeis intermediárias.

2.2. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC-06 (R2) em suas informações contábeis intermediárias a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentado a seguir:

	01/01/2019
Ativo - Direito de uso	261.332
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(261.332)

Nas tabelas a seguir, são apresentados os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) na demonstração do resultado e no balanço patrimonial para o período findo em 30 de junho de 2019:

	Jan a Jun/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06	Ajuste IFRS 16/CPC 06	Jan a Jun/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06
RECEITA LÍQUIDA	7.785.779	-	7.785.779
CUSTOS OPERACIONAIS	(5.721.562)	(26.875)	(5.748.437)
DESPESAS OPERACIONAIS	(655.713)	36.363	(619.350)
Resultado financeiro	935.177	(14.304)	920.873
Imposto de renda e contribuição social	(773.335)	1.637	(771.698)
Lucro líquido do período	1.570.346	(3.179)	1.567.167

	Abr a Jun/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06	Ajuste IFRS 16/CPC 06	Abr a Jun/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06
RECEITA LÍQUIDA	4.235.357	-	4.235.357
CUSTOS OPERACIONAIS	(2.891.507)	(13.758)	(2.905.265)
DESPESAS OPERACIONAIS	(274.477)	18.450	(256.027)
Resultado financeiro	982.521	(7.074)	975.447
Imposto de renda e contribuição social	(671.509)	810	(670.699)
Lucro líquido do período	1.380.385	(1.572)	1.378.813

	30/06/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06	Ajuste IFRS 16/CPC 06	30/06/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06
Ativo circulante	4.950.922	-	4.950.922
Ativo não circulante	18.210.002	238.917	18.448.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.114.133	1.637	1.115.770
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	-	237.280	237.280
Outros ativos não circulantes	17.095.869	-	17.095.869
Passivo circulante	5.138.617	69.353	5.207.970
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	-	69.353	69.353
Outros passivos circulantes	5.138.617	-	5.138.617
Passivo não circulante	11.809.603	172.743	11.982.346
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	-	172.743	172.743
Outros passivos não circulantes	11.809.603	-	11.809.603
Patrimônio líquido	6.212.704	(3.179)	6.209.525

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

2.3. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2018	30/06/2019	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informação Por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
-	8	Créditos de Pasep/Cofins Sobre Icms – Ação Judicial com Trânsito em Julgado
9	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	10	Depósitos Vinculados a Litígios
11	11	Reembolso Subsídios Tarifários
12	12	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
13	13	Ativos de contrato
14	14	Intangível
-	15	Operações de Arrendamento Mercantil
15	16	Fornecedores
16	17	Impostos, Taxas e Contribuições e Valores a Restituir a Consumidores
17	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	19	Encargos Regulatórios
19	20	Obrigações Pós-Emprego
20	21	Provisões
21	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	23	Receita
23	24	Custos e Despesas Operacionais
24	25	Receitas e Despesas Financeiras
25	26	Transações com Partes Relacionadas
26	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	28	Reajuste Tarifário Anual
30	29	Transações Não Envolvendo Caixa

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto destas informações, são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das Concessões
27	Seguros
28	Obrigações Contratuais

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2019	31/12/2018
Contas bancárias	84.933	92.756
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	213.456	226.030
Overnight	41.465	132.518
	254.921	358.548
	339.854	451.304

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 65% a 104% em 30 de junho de 2019 (40% a 104% em 31 de dezembro de 2018), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,39% a.a. em 30 de junho de 2019 (6,39% a.a. em 31 de dezembro 2018).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2019	31/12/2018
Certificados de depósitos bancários	201	196
Letras financeiras – bancos	103.019	308.370
Letras financeiras do tesouro	40.215	147.372
Debêntures	1.923	8.704
Outros	206	326
	145.564	464.968
Ativo circulante	145.564	408.769
Ativo não circulante	-	56.199

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 30 de junho de 2019 (80% em 31 de dezembro de 2018), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 111,25% do CDI em 30 de junho de 2019 (102,00% a 111,25% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151,00% do CDI em 30 de junho de 2019 (104,25% a 151,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2019	31/12/2018
Residencial	623.726	287.668	402.452	165.507	66.421	1.545.774	1.588.577
Industrial	79.891	68.066	32.523	31.076	124.773	336.329	345.390
Comércio, serviços e outras	340.090	161.239	105.492	52.619	80.855	740.295	741.981
Rural	152.551	71.344	66.603	58.102	17.279	365.879	342.549
Poder público	72.892	31.047	34.708	84.088	135.297	358.032	299.679
Iluminação pública	6.651	28.758	924	545	450	37.328	43.464
Serviço público	70.927	27.524	3.274	14.682	12.881	129.288	128.291
Subtotal – consumidores	1.346.728	675.646	645.976	406.619	437.956	3.512.925	3.489.931
Concessionários – transporte de energia	114.028	180.960	2.568	8.805	84.168	390.529	338.014
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(177.630)	(16.361)	(18.910)	(14.259)	(501.358)	(728.518)	(697.089)
	1.283.126	840.245	629.634	401.165	20.766	3.174.936	3.130.856
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.851.426	2.859.862
Concessionários – transporte de energia						249.689	195.122
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						711	711
Concessionários – transporte de energia						73.110	75.161

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 26.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Residencial	132.257	133.652
Industrial	131.830	130.747
Comércio, serviços e outras	177.830	181.993
Rural	30.712	31.846
Poder público	159.861	119.343
Iluminação pública	1.720	4.694
Serviço público	26.578	27.084
Concessionários – transporte de energia	67.730	67.730
	728.518	697.089

A movimentação do ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no semestre é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	489.538
Adoção inicial CPC 48	150.114
Constituições, líquidas	167.192
Baixas	(147.582)
Saldo em 30 de junho de 2018	659.262
Saldo em 31 de dezembro de 2018	697.089
Constituições, líquidas	107.851
Baixas	(76.422)
Saldo em 30 de junho de 2019	728.518

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
ICMS a recuperar	32.672	34.724
COFINS	934	15.154
PIS-PASEP	1.109	3.659
Outros	352	304
	35.067	53.841
Não Circulante		
ICMS a recuperar (2)	191.682	181.663
COFINS (1)	3.971.126	-
PIS-PASP (1)	862.152	-
	5.024.960	181.663
	5.060.027	235.504

(1) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS. Mais detalhes na nota explicativa nº 8.

(2) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

8. CRÉDITOS DE PASEP/COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia obteve liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia manteve esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia baixou os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011, e foi constituído um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito da empresa excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado da ação, a Companhia solicitou a liberação dos depósitos judiciais, no valor total de R\$1.164.287, ainda pendente de deliberação judicial.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos devem ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 17.

Os valores referentes aos créditos da Companhia deverão ser restituídos aos consumidores a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, sendo que deverão ser discutidos junto à Aneel os mecanismos e critérios de ressarcimento.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal. A opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela SELIC, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2019:

Efeitos no Balanço Patrimonial	
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	4.833.278
Valores a serem restituídos a consumidores (1)	(2.971.879)
Impostos, taxas e contribuições (2)	(40.256)
IR/CS	(593.968)
Patrimônio Líquido	1.227.175
Efeitos no resultado do período	
Recuperação de créditos de Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 23) (3)	830.333
Receita financeira	1.010.590
PIS/Pasep e Cofins sobre Receita Financeira	(19.780)
Imposto de renda e contribuição social	(593.968)
	1.227.175

(1) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins da Companhia reconhecidos em 2019. O montante total dessa rubrica, apresentado no balanço, alcança R\$4.110.513, sendo que a diferença, de R\$1.138.634, se refere à constituição do passivo correspondente à reversão da provisão vinculada aos valores depositados em juízo no período compreendido entre 2008 e 2011, registrada em 2017.

(2) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.

(3) Referem-se aos valores reconhecidos no resultado operacional, no montante de R\$3.228.410, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, no montante de R\$2.398.077.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS/Pasep e COFINS nos faturamentos dos clientes da Companhia a partir de junho de 2019, representando uma redução média de aproximadamente 1% no valor das faturas.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
Imposto de renda	-	106.970
Contribuição social	-	58.091
	<u>-</u>	<u>165.061</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2019	31/12/2018
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	835	253.692
Obrigações pós-emprego	1.019.683	996.506
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	268.061	257.225
Provisão para redução a valor recuperável	7.633	16.478
Provisões operacionais	-	17.198
Provisões para contingências	158.931	149.562
Taxa de administração	5.813	6.000
Participação de empregados e administradores no resultado	32.100	17.434
Outros	3.836	2.200
	<u>1.496.892</u>	<u>1.716.295</u>
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(204.094)	(205.617)
Encargos financeiros capitalizados	(170.974)	(167.454)
Custo de captação	(6.054)	(8.803)
	<u>(381.122)</u>	<u>(381.874)</u>
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	<u>1.115.770</u>	<u>1.334.421</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.106.081
Adoção inicial CPC 48 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038
Efeitos alocados ao resultado	(14.889)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.142.230
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.334.421
Efeitos alocados ao resultado	(218.651)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.115.770

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Lucro antes dos impostos	2.338.865	268.897
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal	(795.214)	(91.425)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	36.940	5.949
Contribuições e doações indedutíveis	(774)	(847)
Multas indedutíveis	(12.469)	(6.374)
Outros	(181)	1.456
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(771.698)	(91.241)
Alíquota efetiva	32,99%	33,93%
Corrente	(553.047)	(76.352)
Diferido	(218.651)	(14.889)

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Resultado antes dos impostos	2.049.512	165.279
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal	(696.834)	(56.195)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	31.012	4.179
Contribuições e doações indedutíveis	(324)	(515)
Multas indedutíveis	(4.536)	(2.635)
Outros	(17)	1.821
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(670.699)	(53.345)
Alíquota efetiva	32,72%	32,28%
Corrente	(475.630)	(35.660)
Diferido	(195.069)	(17.685)

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/06/2019	31/12/2018
Trabalhista	268.408	262.715
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.942	10.796
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.164.287	1.148.604
IR/INSS indenização do anuênio (2)	199.557	196.885
Outros	31.811	35.590
	1.406.597	1.391.875
Outros		
Regulatório	20.077	19.599
Cível	6.100	5.704
Relações de consumo	4.017	4.192
Bloqueio judicial	9.879	5.647
Outros	17.662	17.936
	57.735	53.078
	1.732.740	1.707.668

(1) Depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS. Mais detalhes na nota explicativa nº 8.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 – Provisões (indenização do anuênio).

11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 30 de junho de 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$517.225 (R\$458.321 em 30 de junho de 2018). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$93.673 (R\$82.470 em 31 de dezembro 2018), reconhecidos no ativo circulante.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	30/06/2019	31/12/2018
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	421.904	395.743
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	1.130.865	1.080.693
	1.552.769	1.476.436
Ativo circulante	805.169	646.874
Ativo não circulante	747.600	829.562

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	369.762
Transferências do ativo de contrato (nota 13)	11.302
Outras transferências	269
Baixas	(58)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	3.066
Saldo em 30 de junho de 2018	384.341
Saldo em 31 de dezembro de 2018	395.743
Transferências de ativos de contrato (nota 13)	17.260
Transferências do ativo intangível (nota 14)	102
Baixas	(168)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8.967
Saldo em 30 de junho de 2019	421.904

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, é garantido que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	2.724.479	824.092	3.548.571	1.184.458	2.545.994	3.730.452
Ativo circulante	2.724.479	73.608	2.798.087	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	750.484	750.484	-	1.040.730	1.040.730
Passivo	(1.938.019)	(479.687)	(2.417.706)	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.649.759)
Passivo circulante	(1.938.019)	(54.899)	(1.992.918)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante	-	(424.788)	(424.788)	-	(606.911)	(606.911)
Total circulante líquido	786.460	18.709	805.169	43.951	602.923	646.874
Total não circulante líquido	-	325.696	325.696	-	433.819	433.819
Total líquido	786.460	344.405	1.130.865	43.951	1.036.742	1.080.693

COMPONENTES FINANCEIROS	30/06/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	262.564	33.393	295.957	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(40.181)	(7.326)	(47.507)	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	18.886	5.284	24.170	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	23.307	(64)	23.243	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(350.242)	(6.641)	(356.883)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda	1.434.102	168.495	1.602.597	667.149	1.401.917	2.069.066
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(184.179)	199.635	15.456	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	(65.332)	10.879	(54.453)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(232.255)	(29.342)	(261.597)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (1)	-	(11.967)	(11.967)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(80.210)	(17.941)	(98.151)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
TOTAL	786.460	344.405	1.130.865	43.951	1.036.742	1.080.693

(1) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	742.106
Realização	408.566
Outros – ressarcimento P & D	(114.782)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(165.671)
Atualização Selic	11.286
Saldo em 30 de junho de 2018	835.715
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros	254.930
Realização	(174.689)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(83.115)
Atualização Selic	53.046
Saldo em 30 de junho de 2019	1.130.865

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a junho de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$83.115 (R\$165.671 de janeiro a junho de 2018) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato de cliente, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (nota 14)	531.750
Adições	348.283
Transferências para o ativo financeiro (nota 12)	(11.302)
Transferências para o ativo intangível (nota 14)	(240.297)
Saldo em 30 de junho de 2018 (reclassificado)	628.434
Reclassificação (a)	(628.434)
Saldo em 30 de junho de 2018 (originalmente apresentado)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	518.162
Adições	347.052
Transferências para o ativo financeiro (nota 12)	(17.260)
Transferências para o ativo intangível (nota 14)	(270.000)
Realização de provisão para redução do valor recuperável	26.016
Saldo em 30 de junho de 2019	603.970

(a) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção, originalmente apresentados em 30 de junho de 2018 como ativo intangível, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 14).

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre de 2019 está contemplado R\$20.124 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos em curso há longa data no montante de R\$42.029, tendo sido realizado o montante de R\$26.016 no segundo trimestre de 2019. Em 30 de junho de 2019 a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

14. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	20.559.301	(8.884.370)	11.674.931	20.308.857	(8.578.754)	11.730.103
(-) Obrigações especiais	(4.059.451)	1.198.452	(2.860.999)	(4.019.750)	1.123.616	(2.896.134)
Ativos da concessão líquidos	16.499.850	(7.685.918)	8.813.932	16.289.107	(7.455.138)	8.833.969
Intangível em curso	59.061	-	59.061	56.101	-	56.101
Total do intangível	16.558.911	(7.685.918)	8.872.993	16.345.208	(7.455.138)	8.890.070

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.336.486
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/ IFRS 15 (nota 13)	(531.750)
Adições	13.209
Transferência de ativos de contrato (nota 13)	240.297
Outras transferências	346
Baixas	(5.150)
Amortização	(292.240)
Saldo em 30 de junho de 2018 (reclassificado)	8.761.198
Reclassificação (a)	628.434
Saldo em 30 de junho de 2018 (originalmente apresentado)	9.389.632
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.890.070
Adições	16.115
Baixas	(4.946)
Transferência de ativos de contrato (nota 13)	270.000
Transferência para ativos financeiros	(102)
Amortização	(298.144)
Saldo em 30 de junho de 2019	8.872.993

(a) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção, originalmente apresentados em 30 de junho de 2018 como ativo intangível, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 13).

Dentre as adições realizadas no período de janeiro a junho de 2019, está contemplado R\$1.832 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia utilizou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de janeiro a junho de 2019 estão apresentados nos quadros a seguir:

a) Direito de Uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

Composição do saldo por classe de ativo identificado:

	30/06/2019	01/01/2019
Imóveis	165.837	173.828
Veículos	71.186	87.093
Outros	257	411
	237.280	261.332

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	173.828	87.093	411	261.332
Adição	2.823	-	-	2.823
Amortização	(10.814)	(15.907)	(154)	(26.875)
Saldo em 30 de junho de 2019	165.837	71.186	257	237.280

b) Passivo de Arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	261.332
Adição	2.823
Juros incorridos	14.304
Pagamentos efetuados	(36.363)
Saldo em 30 de junho de 2019	242.096
Passivo circulante	69.353
Passivo não circulante	172.743

(1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 27.

16. FORNECEDORES

	30/06/2019	31/12/2018
Energia de curto prazo - CCEE	168.173	114.896
Encargos de uso da rede elétrica (1)	127.890	121.571
Energia elétrica comprada para revenda	475.919	430.687
Itaipu binacional	282.410	268.004
Materiais e serviços	247.772	263.897
	1.302.164	1.199.055

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/06/2019	31/12/2018
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	111.052	142.739
COFINS	92.680	102.900
PIS-PASEP	18.100	22.233
INSS	15.841	15.154
ISSQN	5.148	5.225
Outros	8.281	9.474
	251.102	297.725
Não circulante		
COFINS	22.067	21.439
PIS-PASEP	3.586	3.484
	25.653	24.923
	276.755	322.648
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PASEP/COFINS (1)	4.110.513	1.123.680
	4.110.513	1.123.680

(1) Valores a serem restituídos a consumidores relativos aos créditos de PASEP/COFINS levantados pela Companhia. Detalhes na nota explicativa nº 8.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2019						31/12/2018
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.842	17.497	19.339	25.936
Dívida em Moeda Estrangeira				1.842	17.497	19.339	25.936
Moeda Nacional							
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	69.849	432.500	502.349	502.531
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	13.970	13.893	27.863	33.182
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	3.255	2.051	5.306	4.985
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	85.567	541.057	626.624	626.632
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única	2019	151,00% do CDI	R\$	445.479	-	445.479	425.571
(-) FIC Pampulha (3)				(3.817)	-	(3.817)	(13.015)
(-) Custos de Transação				(1.690)	(5.113)	(6.803)	(12.074)
Dívida em Moeda Nacional				612.613	984.388	1.597.001	1.567.812
Total de Empréstimos e Financiamentos				614.455	1.001.885	1.616.340	1.593.748
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	536.487	534.787	1.071.274	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	16.822	938.528	955.350	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	217.175	1.362.377	1.579.552	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4)	2020	CDI + 1,75%	R\$	553.127	-	553.127	551.214
(-) Custos de Transação				(3.841)	(7.163)	(11.004)	(13.816)
Total de Debêntures				1.319.770	2.828.529	4.148.299	4.669.660
Total Geral				1.934.225	3.830.414	5.764.639	6.263.408

- Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$172.857, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$153.519. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);
- O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 26;
- Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	1.842	-	-	-	-	17.497	-	19.339
Total por Moedas	1.842	-	-	-	-	17.497	-	19.339
Indexadores								
IPCA (1)	34.251	519.058	534.787	234.632	234.632	234.632	234.632	2.026.624
UFIR/RGR (2)	7.597	11.215	3.407	3.265	2.379	-	-	27.863
CDI (3)	910.316	639.348	729.136	1.424.514	-	-	-	3.703.314
IGP-DI (4)	2.629	266	968	577	577	289	-	5.306
Total por Indexadores	954.793	1.169.887	1.268.298	1.662.988	237.588	234.921	234.632	5.763.107
(-) Custos de Transação	(3.099)	(3.322)	(3.796)	(7.116)	(158)	(158)	(158)	(17.807)
Total Geral	953.536	1.166.565	1.264.502	1.655.872	237.430	252.260	234.474	5.764.639

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada no 1º Semestre de 2019 (%)	Varição acumulada no 1º Semestre de 2018 (%)	Indexador	Varição acumulada no 1º Semestre de 2019 (%)	Varição acumulada no 1º Semestre de 2018 (%)
Dólar Norte-Americano	(1,10)	16,56	IPCA	2,22	2,60
			CDI	3,10	3,17

Moeda	Varição acumulada no período de abril a junho de 2019 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2018 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de abril a junho de 2019 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2018 (%)
Dólar Norte-Americano	(1,66)	16,01	IPCA	1,46	1,89
			CDI	1,54	1,56

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.682.691
Empréstimos obtidos	400.000
Custos de transação	(4.140)
Empréstimos obtidos líquidos	395.860
Varição monetária	43.579
Varição cambial	5.924
Encargos financeiros provisionados	198.308
Amortização do custo de transação	5.742
Encargos financeiros pagos	(275.313)
Amortização de empréstimos	(427.943)
Subtotal	5.628.848
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(296)
Saldo em 30 de junho de 2018	5.628.552
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.263.408
Varição monetária	52.358
Varição cambial	(6.566)
Encargos financeiros provisionados	217.902
Amortização do custo de transação	8.083
Encargos financeiros pagos	(265.162)
Amortização de empréstimos	(514.582)
Subtotal	5.755.441
FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	9.198
Saldo em 30 de junho de 2019	5.764.639

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Companhia transferiu para os ativos de contrato e intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Encargos de empréstimos e financiamentos	217.902	198.308
Encargos financeiros capitalizados no intangível e nos ativos de contrato (1) (notas 13 e 14)	(21.956)	(15.107)
Efeito líquido no resultado	195.946	183.201

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,06% a.a. em 2019 (9,45% a.a. em 2018).

Garantias

Em 30 de junho de 2019, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	2.025.531
Recebíveis	2.741.030
Ações	991.264
Sem garantia	6.814
TOTAL	5.764.639

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título (1)	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, 5ª e 6ª emissões de debêntures e 9ª emissão de nota promissória	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
	Índice de liquidez corrente	Igual ou maior a 0,6x	Igual ou maior a 0,6x	Semestral e anual

(1) Os títulos descritos acima possuem exigibilidade de cumprimento das respectivas cláusulas restritivas em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.

As cláusulas restritivas foram atendidas no semestre findo em 30 de junho de 2019.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2019	31/12/2018
Passivo		
Eficiência energética	254.769	257.956
Pesquisa e desenvolvimento	83.283	89.601
Conta de desenvolvimento energético – CDE	53.033	83.871
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	30.967	30.994
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.621	1.477
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	8.615	16
	456.833	488.460
Passivo circulante	345.736	369.284
Passivo não circulante	111.097	119.176

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153
Despesa reconhecida no resultado	59.835	65.687	1.357	9.813	136.692
Contribuições pagas	(63.211)	(38.936)	(882)	(3.281)	(106.310)
Passivo líquido em 30 de junho de 2018	1.295.593	1.325.994	27.880	203.068	2.852.535
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044
Despesa reconhecida no resultado	61.356	80.540	1.627	15.127	158.650
Contribuições pagas	(70.002)	(42.360)	(935)	(3.822)	(117.119)
Passivo líquido em 30 de junho de 2019	1.347.399	1.733.901	34.671	327.604	3.443.575
				30/06/2019	31/12/2018
Passivo circulante				193.948	181.862
Passivo não circulante				3.249.627	3.220.182

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$134.323 (R\$112.669 no primeiro semestre de 2018), mais os encargos e a variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$24.327 (R\$24.023 no primeiro semestre de 2018).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$445.712 (R\$472.349 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R\$405.272 (R\$273.462 em 31 de dezembro de 2018, referente aos déficits de 2015 e 2016). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2019
Trabalhistas	366.951	112.781	(34.722)	(40.990)	404.020
Cíveis					
Relações de consumo	17.945	7.409	(1.990)	(7.333)	16.031
Outras ações cíveis	28.084	8.882	(12.797)	(8.882)	15.287
	46.029	16.291	(14.787)	(16.215)	31.318
Tributárias	2.111	4	(246)	(4)	1.865
Ambientais	1.209	106	-	-	1.315
Regulatórias	16.990	110	(989)	(110)	16.001
Outras	6.599	6.844	-	(517)	12.926
Total	439.889	136.136	(50.744)	(57.836)	467.445

	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	384.247	8.719	(35.813)	(8.720)	348.433
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	10.435	(361)	(8.997)	18.685
Outras ações cíveis	41.896	2.495	(1.527)	(2.495)	40.369
	59.504	12.930	(1.888)	(11.492)	59.054
Tributárias	5.000	125	(2.978)	(125)	2.022
Ambientais	2	2	-	-	4
Regulatórias	23.647	6.223	-	(334)	29.536
Outras	8.577	108	(646)	(108)	7.931
Total	480.977	28.107	(41.325)	(20.779)	446.980

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.463.122 (R\$1.495.681 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$381.403 (R\$366.951 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$89.321 (R\$80.731 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$22.617 foram provisionados, devido à avaliação pela Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em abril de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$49.758 (R\$51.806 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.031 (R\$17.945 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$218.234 (R\$219.513 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$15.287 (R\$28.084 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$56.859 (R\$41.326 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.865 (R\$2.111 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$228.459 (R\$207.586 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.001 (R\$16.990 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$308.555 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$3.845 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$114.091 (R\$110.856 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$10.396 (R\$7.808 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$199.557 (R\$196.885 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$203.205 (R\$217.451 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$903.910 (R\$839.261 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$36.860 (R\$35.913 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$249.978 (R\$227.080 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$28.408 (R\$33.220 em 31 de dezembro de 2018).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$317.098 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$96.447 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Lucro líquido do período	1.567.167	177.656
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,6643	0,0753

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Lucro líquido do período	1.378.813	111.934
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,5845	0,0474

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o lucro básico e diluído por ação ordinária são iguais.

Adiantamento para futuro aumento de capital

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de agosto de 2019 autorizou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, no valor de R\$2.600.000, em Capital Social da Companhia, que passou de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, para R\$5.371.998, sendo mantidos o número e características das ações.

Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego, que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Reservas de Lucros		
Reserva legal	251.730	251.730
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	17.886	17.886
Reserva de retenção de lucros	276.240	276.240
	545.856	545.856

23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	9.542.996	7.920.535
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	1.276.741	825.128
CVA e outros componentes financeiros (c)	80.241	1.150.672
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	363.167	361.492
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	8.967	3.066
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(35.510)	(25.681)
Recuperação de créditos de Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8)	830.333	-
Outras receitas operacionais (f)	670.411	686.531
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(4.951.567)	(4.393.698)
	7.785.779	6.528.045

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	4.653.304	4.085.061
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	640.504	445.246
CVA e outros componentes financeiros (c)	(40.109)	709.516
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	202.966	191.418
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	2.927	2.274
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(12.685)	(9.235)
Recuperação de créditos de Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8)	830.333	-
Outras receitas operacionais (f)	351.785	311.213
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.393.668)	(2.190.989)
	4.235.357	3.544.504

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Residencial	5.291.676	5.150.879	4.665.231	3.866.052
Industrial	1.261.584	1.239.008	803.098	681.359
Comércio, serviços e outros	2.652.164	2.646.108	2.196.184	1.792.809
Rural	1.774.673	1.719.952	917.364	748.070
Poder público	455.643	434.389	311.737	252.319
Iluminação pública	685.933	688.807	291.353	252.165
Serviço público	679.065	653.232	333.397	276.281
Subtotal	12.800.738	12.532.375	9.518.364	7.869.055
Consumo próprio	17.230	23.481	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	24.632	51.480
Total	12.817.968	12.555.856	9.542.996	7.920.535

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Residencial	2.547.878	2.557.762	2.206.792	1.948.070
Industrial	620.928	626.931	386.944	348.241
Comércio, serviços e outros	1.292.021	1.294.743	1.059.525	893.302
Rural	914.554	954.450	460.611	405.307
Poder público	231.943	220.791	158.145	131.469
Iluminação pública	333.969	345.401	140.508	127.749
Serviço público	339.954	331.174	165.901	142.009
Subtotal	6.281.247	6.331.252	4.578.426	3.996.147
Consumo próprio	7.247	11.357	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	74.878	88.914
Total	6.288.494	6.342.609	4.653.304	4.085.061

(1) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão.

Mais detalhes nas notas explicativas nºs 13, 14 e 24 das informações contábeis intermediárias.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Serviço taxado	8.382	5.800
Outras prestações de serviços	1.735	9.847
Subvenções (1)	598.682	536.372
Aluguel e arrendamento	67.930	46.753
Receitas (reversões) de transações na CCEE	(6.600)	986
Ressarcimento de energia descontratada (2)	-	84.092
Outras	282	2.681
	670.411	686.531

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Serviço Taxado	4.026	2.864
Outras Prestações de Serviços	(2.488)	8.492
Subvenções (1)	311.405	276.557
Aluguel e Arrendamento	38.601	21.565
Outras	241	1.735
	351.785	311.213

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás;

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. Mais informações na nota explicativa nº 26.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Impostos sobre a receita		
ICMS	2.604.831	2.119.782
PIS-PASEP	185.012	173.594
COFINS	852.179	799.531
ISSQN	320	547
	3.642.342	3.093.454
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	32.590	29.844
Conta de desenvolvimento energético-CDE	1.215.064	1.107.099
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	13.036	11.938
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	13.036	11.938
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	6.518	5.969
Encargos do consumidor bandeiras tarifárias	19.868	125.059
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	9.113	8.397
	1.309.225	1.300.244
	4.951.567	4.393.698

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.250.883	1.071.496
PIS-PASEP	86.208	91.937
COFINS	397.082	423.467
ISSQN	174	318
	1.734.347	1.587.218
Encargos do Consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	15.707	16.631
Conta de desenvolvimento energético-CDE	614.495	557.916
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	6.283	6.653
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	6.283	6.653
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	3.141	3.326
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	8.712	8.287
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	4.700	4.305
	659.321	603.771
	2.393.668	2.190.989

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Pessoal (a)	463.651	460.306
Participação de empregados e administradores no resultado	120.976	12.674
Obrigações pós-emprego	134.323	112.669
Materiais	29.102	26.875
Serviços de terceiros (b)	486.762	410.579
Energia elétrica comprada para revenda (c)	3.455.727	3.412.396
Amortização (nota 14b)	298.144	292.240
Amortização direito de uso – arrendamento (nota 15)	26.875	-
Provisões operacionais (d)	194.748	148.588
Encargos de uso da rede básica de transmissão	713.263	780.585
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (e)	363.167	361.492
Outras despesas líquidas (f)	81.049	110.686
	6.367.787	6.129.090

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Pessoal (a)	215.992	234.481
Participação de empregados e administradores no resultado	74.715	(1.182)
Obrigações pós-emprego	66.032	57.369
Materiais	14.517	14.329
Serviços de terceiros (b)	247.300	211.904
Energia elétrica comprada para revenda (c)	1.627.426	1.927.103
Amortização	149.295	147.347
Amortização direito de uso – arrendamento	13.759	-
Provisões operacionais (d)	135.612	63.823
Encargos de uso da rede básica de transmissão	374.321	409.740
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (e)	202.966	191.418
Outras despesas líquidas (f)	39.357	63.434
	3.161.292	3.319.766

a) Despesas com pessoal

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019)

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O valor estimado, provisionado em 31 de dezembro de 2018, referente à despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$50.584, correspondente à adesão de 365 empregados.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras, a saber: verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019, no primeiro semestre de 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$14.728, correspondente à adesão de 108 empregados.

b) Serviços de terceiros

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Leitura de medidores e entrega de contas	63.758	64.536
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	179.506	143.563
Comunicação	30.999	34.288
Conservação e limpeza de prédios	40.088	37.450
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	26.753	11.535
Corte e religação	34.542	22.725
Podas de árvores	21.331	9.917
Serviços advocatícios e custas processuais	7.916	9.219
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.864	1.003
Serviços de tecnologia da informação	18.490	16.751
Mão de obra contratada	3.949	6.053
Hospedagem e alimentação	4.744	4.010
Vigilância	4.325	4.678
Impressão de fatura de energia elétrica	577	989
Manutenção e conservação de veículos	1.052	888
Reprografia e publicações legais	8.568	7.519
Consultoria	1.184	2.811
Despesas com transporte - pessoa jurídica	2.641	2.576
Inspeção de Unidades Consumidoras	5.223	4.674
Fretes e Passagens	1.435	1.342
Outros	27.817	24.052
	486.762	410.579

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Leitura de medidores e entrega de contas	31.993	33.853
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	85.425	72.603
Comunicação	13.136	14.771
Conservação e limpeza de prédios	20.714	19.047
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	14.139	6.562
Corte e religação	16.996	12.586
Podas de árvores	13.079	5.888
Serviços advocatícios e custas processuais	4.446	5.123
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.195	586
Serviços de tecnologia da informação	11.941	7.717
Mão de obra contratada	2.032	3.834
Hospedagem e alimentação	2.569	2.233
Vigilância	2.173	2.244
Impressão de fatura de energia elétrica	299	489
Manutenção e conservação de veículos	574	459
Reprografia e publicações legais	4.353	3.813
Consultoria	805	559
Despesas com transporte - pessoa jurídica	1.749	1.399
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.134	2.812
Fretes e Passagens	942	1.009
Outros	15.606	14.317
	247.300	211.904

c) Energia elétrica comprada para revenda

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Energia de Itaipu binacional	694.177	633.420
Contratos por cotas de garantia física	364.358	330.782
Cotas das usinas de Angra I e II	134.586	133.423
Energia de curto prazo - CCEE	735.943	807.924
Contratos bilaterais	151.479	145.139
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.430.254	1.496.426
PROINFA	190.617	159.696
Geração distribuída	82.858	38.496
Créditos de PASEP/COFINS	(328.545)	(332.910)
	3.455.727	3.412.396

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Energia de Itaipu binacional	361.021	345.177
Contratos por cotas de garantia física	185.427	149.437
Cotas das usinas de Angra I e II	67.293	66.711
Energia de curto prazo - CCEE	246.418	621.825
Contratos bilaterais	78.883	73.011
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	702.423	764.807
PROINFA	95.308	79.849
Geração distribuída	44.892	19.539
Créditos de PASEP/COFINS	(154.239)	(193.253)
	1.627.426	1.927.103

d) Provisões (reversões) operacionais

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 6) (1)	107.851	167.192
Perda estimada para outros créditos a receber (1)	1.505	(5.386)
Provisão (reversão) para contingências (nota 21)		
Trabalhistas	78.059	(27.094)
Cíveis	1.504	11.042
Tributárias	(242)	(2.853)
Ambientais	106	2
Regulatórias	(879)	6.223
Outras	6.844	(538)
	85.392	(13.218)
	194.748	148.588

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 6) (1)	45.209	91.355
Perda estimada para outros créditos a receber (1)	1.505	(5.493)
Provisão (reversão) para contingências (nota 21)		
Trabalhistas	82.237	(38.195)
Cíveis	3.556	13.101
Tributárias	(64)	(2.903)
Ambientais	60	2
Regulatórias	172	5.855
Outras	2.937	101
	88.898	(22.039)
	135.612	63.823

(1) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como despesa operacional.

e) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Pessoal	26.340	28.867
Materiais	180.687	148.604
Serviços de terceiros	124.525	161.883
Encargos financeiros	21.956	15.107
Aquisição de imóveis e instalações	179	1.585
Arrendamentos e aluguéis	9	(390)
Impostos e taxas	617	243
Outros	8.854	5.593
	363.167	361.492

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Pessoal	14.890	17.200
Materiais	111.150	73.231
Serviços de terceiros	59.969	88.168
Encargos financeiros	11.341	7.463
Aquisição de imóveis e instalações	-	789
Arrendamentos e aluguéis	3	(392)
Impostos e taxas	389	69
Outros	5.224	4.890
	202.966	191.418

f) Outras despesas operacionais líquidas

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	3.624	35.446
Propaganda e publicidade	1.462	4.608
Consumo próprio de energia elétrica	8.105	13.475
Subvenções e doações	3.618	4.582
Anuidade CCEE	1.621	1.671
Seguros	1.273	1.061
Forluz – custeio administrativo	10.232	10.521
Resultado na desativação e alienação de bens	9.616	7.018
Agentes arrecadadores	42.356	35.398
Impostos e taxas	5.593	5.317
Outras despesas (recuperação de despesas) (2)	(6.451)	(8.411)
	81.049	110.686

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	3.624	17.569
Propaganda e publicidade	90	1.196
Consumo próprio de energia elétrica	1.816	6.878
Subvenções e doações	1.627	2.885
Anuidade CCEE	1.621	813
Seguros	1.273	542
Forluz – custeio administrativo	5.338	4.900
Resultado na desativação e alienação de bens	4.016	5.118
Agentes arrecadadores	21.398	17.940
Impostos e taxas	1.841	1.718
Outras despesas (recuperação de despesas) (2)	(3.287)	3.875
	39.357	63.434

(1) A partir de 1º de janeiro de 2019, os valores referentes aos arrendamentos e aluguéis passaram a ser registrados em conformidade ao IFRS 16/ CPC 06 (R2), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 2.2 e 15.

(2) As perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas) estão líquidas da reversão das provisões constituídas em períodos anteriores.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	21.643	8.974
Acréscimos moratórios de contas de energia	170.898	161.161
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 18)	6.566	-
Variações cambiais	-	45
Variações cambiais de Itaipu	-	2.502
Variações monetárias	4.151	4.107
Variação monetária depósitos judiciais	7.649	-
Variação monetária – CVA (nota 12b)	53.046	11.286
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(35.189)	(12.893)
Atualização dos créditos de PIS/PASEP e COFINS sobre ICMS (nota 8)	1.010.590	-
Outras	11.315	7.059
	1.250.669	182.241
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos (nota 18)	(195.946)	(183.201)
Amortização do custo de transação (nota 18)	(8.083)	(5.742)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(24.327)	(24.023)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 18)	-	(5.924)
Variações cambiais	-	(220)
Variações cambiais de Itaipu	(3.132)	(26.230)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 18)	(52.358)	(43.579)
Variação monetária de P&D e PEE	(9.037)	(8.482)
Variação monetária de arrendamento (nota 15)	(14.304)	-
Outras variações monetárias	(809)	(927)
Outras	(21.800)	(13.971)
	(329.796)	(312.299)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	920.873	(130.058)

	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	9.789	2.682
Acréscimos moratórios de contas de energia	90.078	89.046
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	6.566	-
Variações cambiais	-	47
Variações monetárias	2.719	3.455
Variação monetária depósitos judiciais	4.524	-
Variação monetária – CVA (nota 12b)	32.140	10.839
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(27.978)	(6.893)
Atualização dos créditos de PIS/PASEP e COFINS sobre ICMS (nota 8)	1.010.590	-
Outras	6.609	4.160
	1.135.037	103.336
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos (nota 18)	(96.722)	(92.550)
Amortização do custo de transação (nota 18)	(4.066)	(3.102)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(13.293)	(10.977)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 18)	-	(5.924)
Variações cambiais	-	(21)
Variações cambiais de Itaipu	(6.782)	(22.989)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 18)	(25.803)	(18.020)
Variação monetária de P&D e PEE	(4.528)	(4.590)
Variação monetária de arrendamento (nota 15)	(7.074)	-
Outras variações monetárias	(577)	(611)
Outras	(745)	(4.011)
	(159.590)	(162.795)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	975.447	(59.459)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	296.895	244.960	-	-	80.131	81.249	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	2.050	-	-	-	-	-	-
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	10.449	20.268	-	-	(17.624)	(23.742)
Prestação de Serviço (3)	4.082	4.465	1.904	2.339	4.082	-	-	(1.788)
Operações com Energia Elétrica (4)	-	512	-	-	1.010	620	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	182.435	267.435	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	2.197	-	-	-	(4.058)	(663)
Operações com Energia Elétrica (4)	1.963	1.191	24.448	24.061	12.683	12.184	(128.005)	(122.180)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	7.344	7.172	19.320	14.588	(40.093)	(38.409)
Madeira Energia								
Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (5)	24.527	42.046	-	-	1.806	411	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (5)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	5.879	5.841	-	-	(103.837)	(94.143)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	882	885	-	-	(3.773)	(3.666)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	6.937	6.835	-	-	(42.087)	(50.359)
Axxiom								
Circulante								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Prestação de Serviço (6)	-	-	1.474	128	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes de caixa	41.465	132.518	-	-	1.770	111	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	148.974	421.460	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota explicativa nº 18)	(3.817)	(13.015)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	-	56.003	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	100.074	89.247	-	-	(61.356)	(59.835)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (8)	-	-	-	-	-	-	(26.411)	(24.742)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(10.232)	(10.521)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	30.415	1.375	-	-	(18.570)	(15.204)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (7)	-	-	1.247.325	1.266.798	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (10)	149.444	-	121.540	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	89.484	86.025	-	-	(82.167)	(67.044)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	1.679.088	1.643.675	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 15 parcelas vencidas em 30 de junho de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/1/2018 é de R\$2.050;
- Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 30/06/2019 é R\$24.527;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034, estando em fase final de renovação), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses (vide nota explicativa nº 15);
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2019	31/12/2018
				Cemig D 6,86% (1)	Cemig D 24,47% (1)
ETAU (2)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	689	2.463
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	1.754
				689	4.217

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

(2) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Remuneração	4.516	6.277
Participação nos resultados	1.502	1.745
Benefícios assistenciais	506	756
Total	6.524	8.778

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30 de junho de 2019		31 de dezembro de 2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras	2	17.422	17.422	61.096	61.096
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	2	2.878.041	2.878.041	2.885.896	2.885.896
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	296.895	296.895	244.960	244.960
Fundos vinculados	2	81.768	81.768	155	155
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)	2	2.050	2.050	2.050	2.050
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.130.865	1.130.865	1.080.693	1.080.693
Reembolso de subsídios tarifários	2	93.673	93.673	82.470	82.470
Subvenção baixa renda	2	27.696	27.696	30.232	30.232
Depósitos vinculados a litígios	2	1.732.740	1.732.740	1.707.668	1.707.668
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada	2	24.527	24.527	45.550	45.550
		6.285.677	6.285.677	6.140.770	6.140.770
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	254.921	254.921	358.548	358.548
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	40.215	40.215	147.372	147.372
Letras financeiras - bancos	2	86.794	86.794	252.367	252.367
Debêntures	2	1.133	1.133	4.133	4.133
		128.142	128.142	403.872	403.872
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	421.904	421.904	395.743	395.743
		804.967	804.967	1.158.163	1.158.163
		7.090.644	7.090.644	7.298.933	7.298.933
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.764.639)	(5.764.639)	(6.263.408)	(6.263.408)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(445.712)	(445.712)	(472.349)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2	(405.272)	(405.272)	(273.462)	(273.462)
Fornecedores	2	(1.302.164)	(1.302.164)	(1.199.055)	(1.199.055)
Arrendamento	2	(242.096)	(242.096)	-	-
		(8.159.883)	(8.159.883)	(8.208.274)	(8.208.274)

(1) Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 das informações contábeis intermediárias.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 144,11% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 1,75% a CDI + 3,26%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2019		31/12/2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	5.046	19.339	6.695	25.936
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 16)	73.694	282.410	69.177	268.004
Passivo líquido exposto	78.740	301.749	75.872	293.940

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 30 de junho de 2020 será uma desvalorização de 0,4854% (R\$3,8136). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	30/06/2019	30 de junho de 2020		
	Valor contábil	Cenário dólar R\$3,8136	Cenário dólar R\$4,7670	Cenário dólar R\$5,7204
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	19.339	19.245	24.056	28.868
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 16)	282.410	281.039	351.299	421.559
Passivo líquido exposto	301.749	300.284	375.355	450.427
Efeito líquido da variação cambial		(1.465)	73.606	148.678

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2019. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/06/2019	31/12/2018
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras – CDI (nota 4)	254.921	358.548
Títulos e valores mobiliários – CDI/Selic (nota 5)	145.564	464.968
CVA e outros componentes financeiros – CDI (nota 12)	1.130.865	1.080.693
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada – CDI (nota 26)	24.527	45.550
	1.555.877	1.949.759
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 18)	(3.703.314)	(3.673.054)
	(3.703.314)	(3.673.054)
Passivo líquido exposto	(2.147.437)	(1.723.295)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2020, a taxa SELIC será de 5,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	30/06/2019	30 de junho de 2020		
	Valor contábil	Cenário SELIC 5,2500%	Cenário SELIC 6,5625%	Cenário SELIC 7,8750%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	254.921	268.304	271.650	274.996
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	145.564	153.206	155.117	157.027
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 12)	1.130.865	1.190.235	1.205.078	1.219.921
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada - SELIC (nota 26)	24.527	25.815	26.137	26.459
	1.555.877	1.637.560	1.657.982	1.678.403
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 18)	(3.703.314)	(3.897.738)	(3.946.344)	(3.994.950)
	(3.703.314)	(3.897.738)	(3.946.344)	(3.994.950)
Passivo líquido exposto	(2.147.437)	(2.260.178)	(2.288.362)	(2.316.547)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(112.741)	(140.925)	(169.110)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de junho de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/06/2019	31/12/2018
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (nota 12)	421.904	395.743
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	298.945	247.010
	720.849	642.753
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 18)	(2.026.624)	(2.552.141)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 20)	(445.712)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 20)	(405.272)	(273.462)
	(2.877.608)	(3.297.952)
Passivo líquido exposto	(2.156.759)	(2.655.199)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2020, o IPCA será de 3,6472% e o IGP-M de 3,8476%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	30/06/2019	30 de junho de 2020		
	Valor contábil	Cenário IPCA 3,6472% IGPM 3,8476%	Cenário IPCA 4,5590% IGPM 4,8095%	Cenário IPCA 5,4708% IGPM 5,7714%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12)	421.904	437.292	441.139	444.986
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M (nota 26)	298.945	310.447	313.323	316.198
	720.849	747.739	754.462	761.184
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 18)	(2.026.624)	(2.100.539)	(2.119.018)	(2.137.497)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 20)	(445.712)	(461.968)	(466.032)	(470.096)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 20)	(405.272)	(420.053)	(423.748)	(427.444)
	(2.877.608)	(2.982.560)	(3.008.798)	(3.035.037)
Passivo líquido exposto	(2.156.759)	(2.234.821)	(2.254.336)	(2.273.853)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(78.062)	(97.577)	(117.094)

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	101.351	204.876	1.955.657	4.820.106	320.332	7.402.322
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	8.557	17.116	78.499	461.487	-	565.659
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	3.789	7.598	87.027	152.143	503.173	753.730
Arrendamento	6.080	12.157	54.604	129.423	379.722	581.986
	119.777	241.747	2.175.787	5.563.159	1.203.227	9.303.697
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.161.444	140.002	718	-	-	1.302.164
	1.281.221	381.749	2.176.505	5.563.159	1.203.227	10.605.861

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2019, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$728.518.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) (1)
RF	Instituições cujo risco de crédito é do Governo Federal	-	Entre 6,0% e 9,0%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo.
2. Os bancos RF e A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia e com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O Termo Aditivo condicionou a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva continuidade da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 30 de junho de 2019.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais informações na nota explicativa nº 18.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
Total do passivo	17.190.316	14.274.721
Caixa e equivalentes de caixa	(339.854)	(451.304)
Fundos vinculados	(81.768)	(155)
Passivo líquido	16.768.694	13.823.262
Total do patrimônio líquido	6.209.525	4.642.358
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,70	2,98

28. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 28 de maio de 2019, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018, a Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$21.956 e R\$15.107, respectivamente. Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures

Em 22 de julho de 2019, a Companhia concluiu a distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série, com prazo de 5 anos, no valor de R\$2,16 bilhões e pagando juros remuneratórios de CDI+0,454% a.a., e a 2ª série, com prazo de 7 anos, no valor de R\$1,5 bilhão e pagando atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10% a.a., perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI.

A Companhia utilizou os recursos basicamente para o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022, totalizando R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos.

Alteração do Estatuto Social e reestruturação operacional

Em 07 de agosto de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia que adequou a denominação e atividades das Diretorias Executivas.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

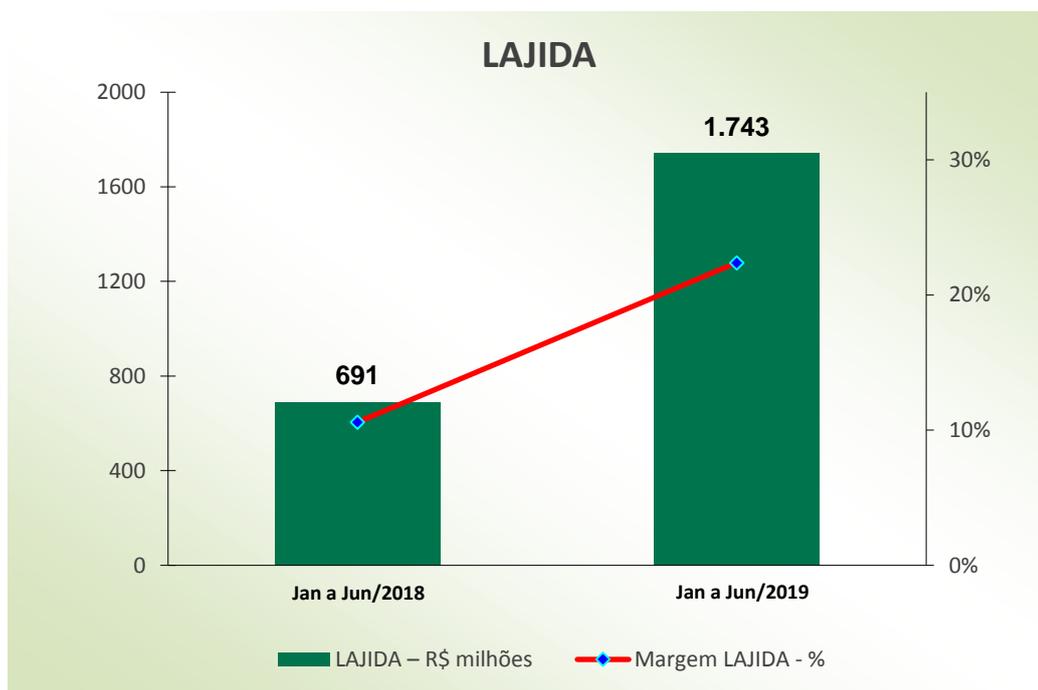
Lucro líquido do período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a junho de 2019, lucro líquido de R\$1.567.167 em comparação ao lucro líquido de R\$177.656 no mesmo período de 2018. As principais variações na comparação dos resultados dos seis primeiros meses de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento no primeiro semestre de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018:

LAJIDA - R\$ mil	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Var %
Lucro líquido do período	1.567.167	177.656	782,14
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	771.698	91.241	745,78
+ Resultado financeiro líquido	(920.873)	130.058	-
+ Amortização	325.019	292.240	11,22
= LAJIDA	1.743.011	691.195	152,17



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a junho de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018 deve-se, principalmente:

- ao reconhecimento de receita no montante R\$830.333 referente a ICMS sobre Pasep/Cofins, conforme nota explicativa nº 8; e
- ao crescimento de 6,55% verificado nas demais receitas operacionais, compensado parcialmente pelo aumento de 3,53% dos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 10,59% no primeiro semestre de 2018 para 22,39% no primeiro semestre de 2019.

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$9.542.996 no período de janeiro a junho de 2019, em comparação a R\$7.920.535 no mesmo período de 2018, representando aumento de 20,48%. Os principais impactos na receita, no período de janeiro a junho de 2019, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019;
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019); e,
- aumento de 2,14% no volume de energia vendida para consumidores finais.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Var %
Residencial	5.291.676	5.150.879	2,73
Industrial	1.261.584	1.239.008	1,82
Comércio, serviços e outros	2.652.164	2.646.108	0,23
Rural	1.774.673	1.719.952	3,18
Poder público	455.643	434.389	4,89
Iluminação pública	685.933	688.807	(0,42)
Serviço público	679.065	653.232	3,95
Total	12.800.738	12.532.375	2,14

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Do aumento de 2,14% na quantidade de energia vendida para o consumidor final, destaca-se o aumento de 4,89% da classe poder público, aumento de 3,95% da classe serviços públicos e aumento de 2,73% da classe residencial, todas impactadas, principalmente, pela incorporação de novas unidades consumidoras.

Destaca-se também o crescimento de 3,18% da classe rural decorrente do aumento do consumo ligado à irrigação, devido ao menor volume de chuvas no primeiro semestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a junho de 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.276.741, comparada a R\$825.128 no mesmo período de 2018, o que representou crescimento de 54,73%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário de aproximadamente 65,60%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita líquida de R\$80.241 no primeiro semestre de 2019, em comparação a uma receita líquida de R\$1.150.672 no mesmo período de 2018. Essa variação deve-se, principalmente, aos menores custos com energia em 2019, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia, aliada à redução do PLD médio em relação ao mesmo período do ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 das informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$363.167 de janeiro a junho de 2019, comparados a R\$361.492 no mesmo período de 2018. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.951.567 de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$4.393.698 no mesmo período de 2018, representando aumento de 12,70%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.215.064 no período de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$1.107.099 no período de janeiro a junho de 2018. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos foram de R\$19.868 no período de janeiro a junho de 2019 em comparação a R\$125.059 no mesmo período de 2018, uma redução de 84,11%.

Esta variação decorre do não acionamento da bandeira vermelha no primeiro semestre de 2019, tendo prevalecido a bandeira verde durante o período, consequência do melhor regime hidrológico deste ano. No mesmo período de 2018, o resultado foi impactado pelo acionamento da bandeira vermelha patamar 1, com efeitos no faturamento de janeiro de 2018.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$6.367.787 no período de janeiro a junho de 2019, comparados a R\$6.129.090 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 3,89%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 24 das informações contábeis intermediárias.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$120.976 no período de janeiro a junho de 2019 comparada a R\$12.674 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, Controladora da Cemig D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.455.727 no período de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$3.412.396 no mesmo período de 2018, um crescimento de 1,27%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento das despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$694.177 no primeiro semestre de 2019 comparado a R\$633.420 no mesmo período de 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 12% do dólar médio nos períodos comparados (R\$3,845 no primeiro semestre de 2019 e R\$3,425 no mesmo período de 2018);
- aumento de 115,24% nas despesas com geração distribuída, sendo R\$82.858 no primeiro semestre de 2019 comparado a R\$38.496 no mesmo período de 2018. Este aumento se justifica pelo aumento na quantidade de instalações geradoras e de energia injetada no primeiro semestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018;
- aumento das despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física, que foram R\$364.358 no primeiro semestre de 2019 comparado com R\$330.782 no mesmo período de 2018, aumento de 10,15%. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 18,06% no preço médio de MWh (R\$101,97 no primeiro semestre de 2019 e R\$86,37 no mesmo período de 2018);
- redução das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$735.943 no primeiro semestre de 2019, comparado a R\$807.924 no mesmo período de 2018. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A variação decorre, principalmente, em função da redução de 16,83% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD (R\$207,82/MWh em 2019 comparado a R\$249,88/MWh em 2018);
- redução das despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$1.430.254 no primeiro semestre de 2019, comparado a R\$1.496.426 no mesmo período de 2018. Essa redução decorre da atualização dos contratos para o ano de 2019, com substituição de contratos por outros menos onerosos.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 24b das informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$713.263 no período de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$780.585 no mesmo período de 2018, representando redução de 8,62%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego no resultado operacional da Companhia representou uma despesa no valor de R\$134.323 no primeiro semestre de 2019, em comparação a uma despesa de R\$112.669 no mesmo período de 2018, um aumento de 19,22%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento do custo com o plano de saúde em 2019, devido a uma redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018. Adicionalmente, a avaliação atuarial de 2018 incluiu a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação de 1,00% para o plano de saúde.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$194.748 de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$148.588 no mesmo período de 2018, um aumento de 31,07%.

Destaca-se a variação das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R\$78.059 no período de janeiro a junho de 2019 em comparação a reversão de R\$27.094 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida, apresentaram uma redução de 35,49% em 2019, sendo uma despesa no montante de R\$107.851 no primeiro semestre de 2019 em comparação à despesa no montante de R\$167.192 no mesmo período de 2018.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de janeiro a junho de 2019 foi uma receita financeira líquida de R\$920.873 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$130.058 no mesmo período de 2018. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, no primeiro semestre de 2019, de receita financeira no montante de R\$990.810 referente à atualização dos créditos de PIS/PASEP e COFINS sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 8;
- aumento de 141,17% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$21.643 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$8.974 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de recursos aplicados no primeiro semestre de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018;
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$53.046 no primeiro semestre de 2019 comparados a uma receita líquida de R\$11.286 no mesmo período de 2018 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos no período de janeiro a junho 2019 na comparação com o mesmo período do ano anterior;
- redução da despesa de variação cambial líquida referente a Itaipu, sendo despesa de R\$3.132 no primeiro semestre de 2019, comparado a despesa de R\$23.728 no mesmo período de 2019. Esta variação decorre, principalmente da menor variação do dólar (desvalorização de 1,10% no primeiro semestre de 2019, comparado a uma valorização de 16,56% no mesmo período de 2018);
- reconhecimento, no primeiro semestre de 2019, da despesa de variação monetária de arrendamento no montante de R\$14.304, em função da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais detalhes na nota explicativa 2.2.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a junho de 2019, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$771.698 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.338.865. No período de janeiro a junho de 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$91.241 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$268.897.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c das informações contábeis intermediárias.

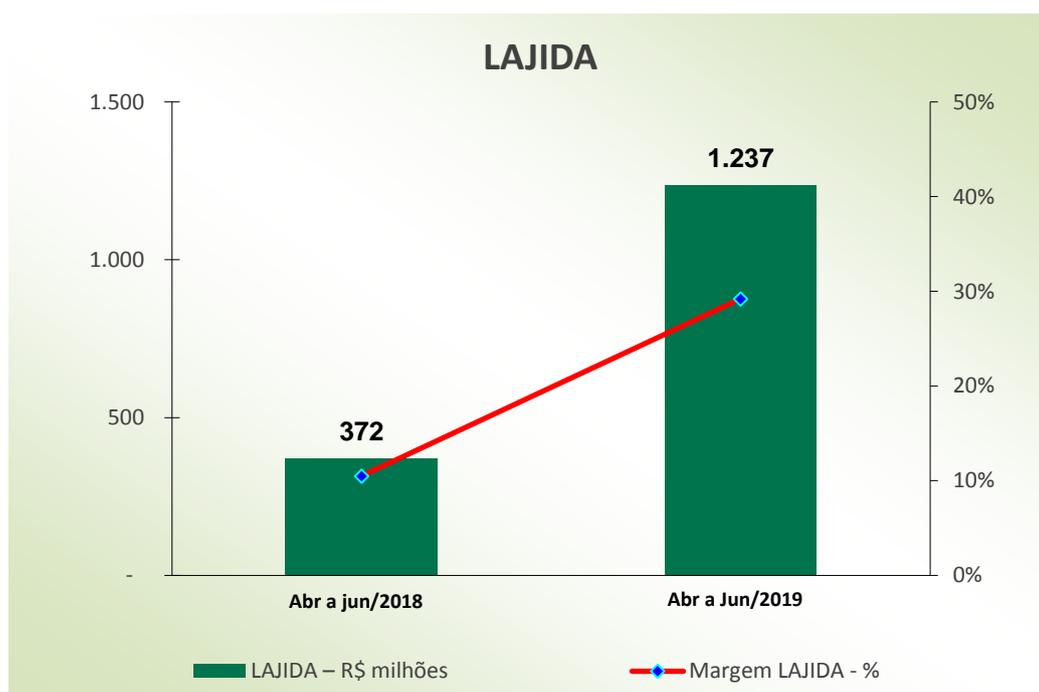
Resultado do trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2019, lucro de R\$1.378.813 em comparação ao lucro de R\$111.934 no segundo trimestre de 2018. As principais variações na comparação dos resultados dos segundos trimestres de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig D apresentou um aumento no segundo trimestre de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2019	Segundo Trim/2018	Var %
Lucro líquido do período	1.378.813	111.934	1.131,81
+ Despesa de IR e contribuição social	670.699	53.345	1.157,29
+ Resultado financeiro líquido	(975.447)	59.459	-
+ Amortização	163.054	147.347	10,66
= LAJIDA	1.237.119	372.085	232,48



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A aumento do LAJIDA no segundo trimestre de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018 deve-se, principalmente:

- ao reconhecimento de receita no montante R\$830.333 referente a ICMS sobre Pasep/Cofins, conforme nota explicativa nº 8; e
- à redução de 5,49% dos custos operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, parcialmente compensado pela redução de 3,94% nas demais receitas operacionais.

A margem do LAJIDA passou de 10,49% no segundo trimestre de 2018 para 29,21% no segundo trimestre de 2019.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.653.304 no segundo trimestre de 2019, em comparação a R\$4.085.061 no segundo trimestre de 2018, representando um crescimento de 13,91%. Os principais impactos na receita, no segundo trimestre de 2019, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2019; e
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Segundo Trim/2019	Segundo Trim/2018	Var %
Residencial	2.547.878	2.557.762	(0,39)
Industrial	620.928	626.931	(0,96)
Comércio, Serviços e Outros	1.292.021	1.294.743	(0,21)
Rural	914.554	954.450	(4,18)
Poder Público	231.943	220.791	5,05
Iluminação Pública	333.969	345.401	(3,31)
Serviço Público	339.954	331.174	2,65
Total	6.281.247	6.331.252	(0,79)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se um crescimento de 5,05% na classe poder público e de 2,65% na classe serviços públicos, ambas impactadas pela incorporação de unidades consumidoras.

Em contrapartida, observa-se redução de 4,18% na quantidade de energia vendida para o segmento rural, principalmente em função da redução no consumo ligado à irrigação, uma vez que o volume de chuvas no período foi maior.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2019 essa receita correspondeu ao montante de R\$640.504, comparado a R\$445.246 no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de 43,85% em função, basicamente, do reajuste tarifário de aproximadamente 65,60%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No segundo trimestre de 2019 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos aos consumidores no montante de R\$40.109, em comparação a valores a serem repassados à Companhia de R\$709.516 no mesmo período de 2018. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia em 2019, em relação à cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um passivo financeiro a ser ressarcido aos consumidores através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de infraestrutura de distribuição foram de R\$202.966, no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$191.418, no segundo trimestre de 2018. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.393.668 no segundo semestre de 2019, comparados a R\$2.190.989 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 9,25%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$614.495, no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$557.916, do segundo trimestre de 2018.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve aumento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$8.712 no segundo trimestre de 2019, em comparação a R\$8.287 no mesmo período de 2018, um crescimento de 5,13%, uma variação pouco significativa. As bandeiras tarifárias são acionadas em função do nível dos reservatórios, com o acionamento das bandeiras amarela ou vermelha, que representam maiores encargos, nas situações de baixa no nível dos reservatórios, em função da escassez de chuvas.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$3.161.292 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$3.319.766 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 4,77%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser vistas na nota explicativa nº 24 das informações contábeis intermediárias.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.627.426 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$1.927.103 no segundo trimestre de 2018, uma redução de 15,55%. Esta variação se explica, principalmente, pelos fatos abaixo:

- redução de 60,37% nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$246.418 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$621.825 no segundo trimestre de 2018, decorrente, principalmente, da redução de 56,60% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD (R\$131,36/MWh no segundo trimestre de 2019 e R\$302,68/MWh no mesmo período de 2018);

- redução de 8,16% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$702.423 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$764.807 no segundo trimestre de 2018 em função, principalmente, da atualização dos contratos para o ano de 2019, com substituição de contratos por outros menos onerosos;
- aumento de 24,08% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$185.427 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$149.437 no mesmo período de 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 22,73% no preço médio do MWh (R\$101,93 no segundo trimestre de 2019 e R\$83,05 no mesmo período de 2018);
- aumento de 129,76% nas despesas com geração distribuída, sendo R\$44.892 no segundo trimestre de 2019 comparado a R\$19.539 no mesmo período de 2018. Este aumento se justifica pelo aumento na quantidade de instalações geradoras e de energia injetada no segundo trimestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018;

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$374.321 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$409.740 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 8,64%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 24 destas informações contábeis intermediárias.

Despesa com pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$215.992 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$234.481 no mesmo período de 2018, representando redução de 7,89%. Essa variação decorre, principalmente em função do reconhecimento, no segundo trimestre de 2018, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$17.114.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$135.612 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$63.823 no segundo trimestre de 2018, um aumento de 112,48%.

Destaca-se a variação das despesas para provisões de contingências trabalhistas, que representou uma despesa no montante de R\$82.237 no segundo trimestre de 2019 em comparação à reversão de despesa no montante de R\$38.195 no mesmo período de 2018.

Esta variação decorre, principalmente, de novas ações ou reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 21.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida, apresentaram uma redução de 50,51% em 2019, sendo uma despesa no montante de R\$45.209 no segundo trimestre de 2019 em comparação à despesa no montante de R\$91.355 no mesmo período de 2018.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido, no segundo trimestre de 2019, foi uma receita financeira líquida de R\$975.447, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$59.459 no mesmo período de 2018. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, no segundo trimestre de 2019, de receita financeira no montante de R\$990.810 referente à atualização dos créditos de PIS/PASEP e COFINS sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 8;
- aumento de 264,99% da renda de aplicação financeira, sendo R\$9.789 no segundo trimestre de 2019 comparado a R\$2.682 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre, principalmente, do maior volume de recursos aplicados no segundo trimestre de 2019;
- aumento de 196,52% do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita financeira de R\$32.140 no segundo trimestre de 2019 em comparação a uma receita financeira de R\$10.839 no segundo trimestre de 2018. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre do maior saldo líquido ativo de CVA no segundo trimestre de 2019 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Vide mais informações na nota explicativa nº 12.

- redução de 70,50% da despesa líquida de variação cambial referente a Itaipu, sendo R\$6.782 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$22.989 no mesmo período de 2018. Este resultado decorre, substancialmente, da menor variação do dólar (desvalorização de 1,66% no segundo trimestre de 2019, comparado a uma valorização de 16,01% no mesmo período de 2018);

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2019, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$670.699 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.049.512. No segundo trimestre de 2018, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$53.345 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$165.279

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c destas informações contábeis intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Paulo Mota Henriques
Diretor sem denominação específica

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendência de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerência de Contabilidade de Negócios
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações contábeis intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado

e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 14 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0